OS MOVIMENTOS PRÉ-POLÍTICOS DA DÉCADA 1840-1850 EM PERNAMBUCO FECHA-FECHA E MATA-MATA

Valdelice Carneiro Girão

1. INTRODUÇÃO

Os problemas políticos e econômicos brasileiros são anteriores à abdicação de D. Pedro I.

Com a abertura dos portos às Nações Amigas, Portugal transferia ao protetorado inglês muitos dos direitos adquiridos na Colônia. Os tratados assinados com a Inglaterra representavam uma sangria, não só na economia, como também nos direitos políticos do Brasil.

O País representava para o governo inglês um mercado consumidor de seu excedente industrial, razão das dificuldades criadas à instalação de indústrias no Brasil, o que veio prejudicar consideravelmente o seu desenvolvimento.

As vantagens de que gozava a Inglaterra foram conservadas, mesmo depois de nossa independência política. Os atos de 1826 e 1828, estendendo a igualdade de direitos pagos pelas importações britânicas às outras nações amigas, pouco alteraram o predomínio inglês.

Apesar da melhoria econômica através de novos mercados e estímulos à produção do café, do açúcar e do algodão, a invasão de produtos estrangeiros fazia crescer o volume das importações, com um decréscimo das exportações brasileiras, em plena retração dos mercados internacionais.

Com a queda das cotações cambiais e a pequena arrecadação de impostos, insuficientes para compensar as despesas, o Brasil seria forçado a pedir novos empréstimos, com juros elevadíssimos, acrescidos a novos por sucessivas prorrogações.

No Governo Regencial a situação continuou a mesma. A primeira tentativa de reação foi apresentada com a tarifa "Alves Branco" e o decreto de 1846, os quais visavam ao protecionismo da indústria brasileira, apesar de ainda incipiente.

Os anos que se sucederam à abdicação de D. Pedro I, compreendendo o período regencial e grande parte do Segundo Reinado, foram marcados por vários levantes, agitações sociais e revoluções.

A Cabanagem no Pará, Farroupilha no Rio Grande do Sul, Sabinada na Bahia, Balaiada no Maranhão foram algumas delas.

Neste período, Pernambuco foi marcado por uma seqüência de revoltas e agitações populares, quase sempre caracterizadas pela ausência de lideranças, expressando descontentamentos generalizados em relação à situação de crise porque passava o País, tanto no aspecto político como no econômico.

As rebeliões que antecederam a Revolução Praieira, os chamados movimentos pré-políticos foram denominados em Pernambuco de *Mata-Mata* e *Fecha-Fecha*.

II. A POLÍTICA BRASILEIRA NA DÉCADA 1840-50

Com a renúncia do Regente Diogo Feijó, assume o poder Araújo de Lima, do Partido Conservador, que teve seu mandato interrompido pelo Partido Liberal, que, fortalecido nas eleições de 1840, exerceu pressões políticas em diversos centros eleitorais, procurando demitir os presidentes de províncias e funcionários importantes que não eram de sua confiança.

As violências ocorridas nessas eleições, conhecidas como eleições "do cacete", tornaram-se uma constante durante todo o Governo do Segundo Reinado, violência esta "necessária" para que o Ministério, àquela época liberal, contasse com a maioria do Legislativo.

Este Ministério Liberal, porém, teria curta duração, sendo dissolvido em 1841 e substituído por um Gabinete conservador. Neste período, a Câmara dos Deputados foi dissolvida, revoltando os liberais em São Paulo e Minas, cujos chefes foram presos e depois anistiados em 1844, quando novamente voltam ao poder, permanecendo durante quatro anos.

Em 1848, devido ao desgaste do Partido Liberal, às agitações eleitorais na Corte e à situação em Pernambuco, o Im-

perador chama ao Poder os conservadores, a princípio com um gabinete presidido pelo ex-regente Pedro Araújo de Lima e, depois, por José da Costa Carvalho, que permaneceu até a conciliação.

No Estado de Pernambuco a oligarquia latifundiária Rego Barros Cavalcanti adquiria a consistência capaz de resistir a todos os embates do poder central e que só a Revolução Praieira de 1848 lograria enfraquecer.

A família Cavalcanti, aliada ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, elemento conservador no poder desde 1837, iniciou em Pernambuco um longo e abusivo domínio até 1845 quando sobe ao poder o liberal Pinto Chichorro da Gama. A partir deste ano, consolida-se o partido surgido em 1842, que em Pernambuco ficaria conhecido como Partido Praieiro.

Sérgio Buarque de Holanda escreve a respeito: "Decorrera agitado o governo de Chichorro da Gama, agitação conseqüente ao desajustamento reinante na Província e à excitação dos espíritos provocada pelos antagonistas políticos. A inquietude que vicejava em Pernambuco, vinda de há muito, tendia a agravar-se em face da situação européia que sofria os impactos trazidos pela revolução industrial e suas implicações econômicas e políticas. Tornavam-se constantes no Recife os motins e tumultos como os "fecha-fecha" de setembro de 1844 e de setembro de 1845 e os "mata-mata" de dezembro de 1847 e de junho de 1848, sendo o primeiro anterior e o último posterior à presidência de Chichorro. Motivos e tumultos que punham em polvorosa a vida da cidade e prenunciavam a revolução próxima."

O responsável pelo Ministério Liberal Central, Francisco de Paula Sousa e Melo, sem condições de reprimir devidamente as agitações na Província de Pernambuco, pois embora desaprovasse a política da Praia contava com ela para se manter no poder, demite-se, caindo o Ministério Liberal, subindo o Partido Conservador.

É com a volta deste partido ao poder, com sua política de substituições de autoridades provinciais ligadas ao Partido Praieiro, que eclode, a 7 de novembro de 1848, a chamada Revolução Praieira.

IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA DE PERNAMBUCO DIANTE DO QUADRO POLÍTICO DO BRASIL

Na documentação da primeira metade do século XVI vamos encontrar os indícios da preferência portuguesa pelas

terras do Nordeste, de modo especial pela Bahia e Pernambuco.

A aproximação dos portos de Portugal, as condições geofisiográficas e interesse da comercialização do pau-brasil, reconhecido como "o pau de Pernambuco, o melhor de todo este Brasil", segundo o donatário Duarte Coelho, em carta datada de 1549 a El Rei de Portugal. (1)

A luta pela estabilidade de sua capitania, o surgimento de uma atividade agrícola-canavieira e a importância dos engenhos se fazem sentir em toda sua correspondência epistolar.

Em *Diálogos das Grandezas do Brasil*, escrito em 1618, seu autor manifesta claramente o *status* econômico-social de que já gozavam os senhores de engenho, quando descreve as "condições de gente" da capitania: "A quinta condição é daqueles que tratam da lavoura, e estes tais se dividem ainda em duas espécies: uma dos que são mais ricos, têm engenhos com títulos de senhores deles, nome que lhes concede Sua Majestade em suas cartas e provisões e os demais tem partidas de cana..." (2)

As citações comprovam a preferência à zona nordestina na colonização e sua participação ativa nos "ciclos econômicos" brasileiros, dos quais o da cana-de-açúcar foi um dos mais importantes.

Os engenhos que praticamente começaram a ser instalados de 1540-1570 foram construídos, geralmente, próximos ao mar, para facilitar o transporte do açúcar, e da mata para o consumo de lenha, ficando localizados numa faixa aproximada de 30 a 60 km de largura, compreendendo do Rio Grande do Norte até São Vicente. Essa faixa sofreu o desmatamento para dar lugar aos grandes plantios de cana, com que supriram os engenhos, que, em 1710, alcançavam a soma de 650, produzindo em média, por engenho, 2.500 arrobas de açúcar. (3)

---

(1) José Antônio Gonçalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque, *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*, (Recife, Imprensa Universitária, 1967), p. 97.

(2) Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogo das Grandezas do Brasil*, 2.ª edição integral, segundo o apógrafo de Leiden, aumentada por José Antônio Gonçalves de Mello. (Recife, Imprensa Universitária, 1966), p. XLII.

(3) Mircea Buescu, *Evolução Econômica do Brasil*. (Rio de Janeiro, APEC Editora S. A., 1977), p. 52.

Pernambuco como região de clima quente e úmido, solo de várzea recoberto pelo "massapê", onde aparecia uma floresta atlântica subequatorial, conhecida como zona da mata, seria devastado para dar lugar à grande lavoura canavieira, destinada ao fabrico do açúcar, que, segundo Antonil, em 1711, "se fazem nos engenhos de Pernambuco, um por outro são doze mil e trezentas (caixas). Vão doze mil e cem para o Reino", (4) contribuindo anualmente com oitocentos e trinta e quatro contos, cento e quarenta mil réis (834:140$000).

"O açúcar continuou sendo o principal produto de exportação de Pernambuco, contribuindo em 1841-45 com 31.926 toneladas média anual, no valor de 409.708 libras e 1846-50 acresce para 47.932 toneladas, valendo 634.628 libras, devendo ser levado em consideração que, enquanto o Brasil representava no mercado mundial do açúcar a percentagem de 9,3 em 1841-45, Pernambuco colaborava com 3,3%." (5)

O desnível econômico entre o Nordeste e o Sul do País, provocado pela descoberta das minas e a transferência da capital para o Rio de Janeiro, ainda mesmo no século XVIII encontrou, nos privilégios que a Corte de D. João VI proporcionou ao Sul, um reforço para este desnível.

Essas injustiças eram comentadas por jornalistas da época, quando denunciavam a extorsão dos recursos da Província de Pernambuco em favor do Sul.

Os impostos cobrados em Pernambuco eram aplicados também fora da Província. O *Diário de Pernambuco* de 11 de dezembro de 1845, em editorial, registra que no ano financeiro de 1843-44 o governo havia arrecadado em Pernambuco o total de 2.884.918$272 e despendido 982:506$350, sendo enviado para o Rio de Janeiro o saldo de 1.902:411$922.

Em 3 de março de 1846 volta o *Diário* ao assunto para comentar a Renda da Província em 1844-45, que havia sido a seguinte: 3.131 contos e as despesas montado a 1.017 contos, tendo sido remetidos ao Rio de Janeiro 2.113 contos, enquanto comenta o jornalista: "Lá foram mais no ano financeiro que passou de 2.113 contos para o sorvedouro do Rio de Janeiro e o Tesouro Provincial de Pernambuco ficou apenas com 17 contos de réis para prover as inúmeras necessidades de que está cercado."

---

(4) André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. (São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1976), p. 140.

(5) Peter L. Eisenberg, *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco*:1840/1910. (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977), p. 42.

Esse tratamento discriminatório em relação ao Nordeste, e particularmente Pernambuco, se reflete contra o Governo Imperial e reforça a animosidade existente entre brasileiros e portugueses, trazendo rebeliões e motins.

Para documentar esta verdade, veja-se o editorial de *O Verdadeiro Regenerador,* de 7 de setembro de 1844: "Quando em 1817, venerandos pernambucanos quiseram elevar sua pátria à categoria de nação livre e independente, os portugueses, ajudando a seu rei e senhor, deram grande impulso a seu sistema centralista, e nos foram algozes... Passemos por essa época de calamidades, na qual foram degolados nossos melhores patriotas, passemos a montões de insultos com que se provocou aos filhos do país, as vítimas da liberdade. O coração do patriota se aperta de dor ao considerar o sangue que aqui se abriu: comissões militares, aisadas inquisições mesmo, tudo se ostentou em toda sua fereza, e nossos algozes inda pouco acharam. Nada lhes via tamanho massacre; nada o luto que cobria tantas famílias pernambucanas em orfandade, e vítimas da brutalidade de seus novos conquistadores. Quadro triste e medonho é este de desejarmos esquecer, no qual se vêem tantas famílias perecendo a fome, e prostituídas sem que nada saciasse a gama dos portugueses: ele inda está muito vivo para que o possamos ter esquecido."

ESTRUTURA SOCIAL DE PERNAMBUCO EM MEADOS DO SÉCULO XIX

A Capitania de Pernambuco, um dos primeiros núcleos onde o Reino de Portugal deu início à nossa ocupação e colonização, teve como seu principal suporte, tanto econômico quanto de fixação do homem, a fabricação de açúcar com a finalidade de exportação.

Constituindo-se esta atividade dentre as várias exercidas na época — comércio do pau-brasil, pesca etc. — a mais importante, marcou, com suas características relações de trabalho, ou seja, monocultura/latifúndio — senhor/escravo, toda a feição política e social da futura Província de Pernambuco, chegando ao ponto de alguns estudiosos considerarem os senhores de engenho como o poder máximo tanto econômico quanto social e político. (6)

(6) Gilberto Freyre, *Vida Social, nos meados do século XIX.* (Recife, Artenova — IJNPS, 2.ª ed.), p. 44.

Realmente, essas pessoas que enveredaram na atividade açucareira, vistas desde o início com Duarte Coelho como coisa real e nobre, a que só se dedicavam honrados homens de posse, se revestiram, desde o início da Colônia, de um poder imenso, formando futuras oligarquias, chegando mesmo até às localidades onde instalavam os seus engenhos, dando origem a diversas cidades.

"Os proprietários desses canaviais viviam numa espécie de estilo feudal, formando uma classe homogênea com os mesmos interesses econômicos, a mesma vida social, a mesma atitude política. Governavam suas propriedades agrícolas e as pequenas cidades em volta dessas propriedades, ou situadas dentro delas, como se fossem feudos. Não eram eles descendentes daqueles arrogantes plantadores de cana que expulsaram de Pernambuco, em 1866, um capitão-mor, ou governador colonial, enviado pela metrópole portuguesa?" (7) Depois de passados 300 anos, ou seja, em meados do século XIX, após algumas graves oscilações de mercado, a produção do açúcar estava novamente em franco progresso, chegando a 70.000 toneladas em 1853, constituindo-se Recife o mais importante mercado açucareiro do Império.

No governo de Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista, homem culto e fruto daqueles antigos plantadores, Recife chegou a atingir em sua vida social um alto grau de refinamento, chegando um observador da época a chamar a atencão para o luxo que começava a tomar impulso em Pernambuco. (8)

As mulheres da sociedade inspiravam-se em modelos franceses, ingleses e alemães, e aumentava a importação de artigos norte-europeus, como alimentos em conserva, vinhos e cerveja.

Começavam a surgir as primeiras estradas de ferro e com elas engenheiros ingleses, além do surgimento da necessidade de novos equipamentos para a melhoria da maquinaria dos engenhos, aumentando o número de estrangeiros em nosso comércio.

O Brasil dava todas as garantias para a vinda e estada de negociantes estrangeiros. Um bom exemplo disso é que, num país essencialmente católico como o nosso, a presença de ingleses protestantes já se fazia sentir, pela liberdade que

(7) Gilberto Freyre, *Vida Social, nos meados do século XIX*. (Recife, Artenova — IJNPS, 2.ª ed.), p. 44.

(8) Expressão de H. Carvalho segundo Gilberto Freyre, *op. cit.*

tinham de fazer suas próprias capelas e cemitérios. Em 1859, existia no Recife a Associação dos Caixeiros Britânicos do Recife.

Acompanhava Recife o ritmo de inovações que tomava todo o Império, tendo o Conde de Boa Vista contratado um engenheiro francês, Vauthier, para fazer melhorias na cidade.

Quanto à vida intelectual, nada mais expressivo do que a Faculdade de Direito — centro formador da elite intelectual do País, ao lado da Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1855 existiam 300 estudantes, todos oriundos de famílias abastadas. O teatro e as festas religiosas constituíam pontos obrigatórios de diversão e congraçamento, o primeiro das famílias ricas e, as segundas, das famílias mais pobres.

Apesar de todo o fervilhar de inovações que começava a mudar a feição da sociedade pernambucana, essas inovações atingiam só superficialmente a realidade, ou seja: eram inovações de fachada, de estímulos visuais.

Charles Darwin, que visitou o Recife em 1830, fala de suas ruas sujas e seus odores insuportáveis, onde os dejetos humanos eram jogados nos rios Capibaribe e Beberibe, pois não havia um sistema de esgoto, existindo só um começo de encanamento d'água iniciado pelo engenheiro francês Vauthier.

Na década de 50 existiam no Brasil 72 fábricas de produtos como chapéus, velas, sabão, cerveja, cigarros, tecidos de algodão etc., porém dessas 72 apenas quatro localizavam-se em Pernambuco, sendo a maioria (52) concentradas no Rio de Janeiro.

Como se vê, era uma época de começos. Começo de estradas de ferro; começo de nossa industrialização; começo de novos equipamentos para os engenhos; começo de uma vida intelectual mais intensa devido à Faculdade de Direito; começo do surgimento de novos tipos de homens que criticavam a ordem vigente, o conservadorismo, captando as novas idéias da filosofia liberal e do nacionalismo, vindas da Europa, fazendo surgir homens, como Antônio Pedro Figueiredo, por exemplo, que reivindicavam uma ordem social mais justa, e até mesmo o surgimento da Revolução Praieira, como o ápice ou explosão dessa agitação social e intelectual que dominava a Província.

Esses começos, porém, ou aquelas inovações referidas anteriormente, não chegaram a mudar radicalmente a estrutura social de Pernambuco, mesmo tendo tido uma agitação

intensa como foi a chamada Revolução Praieira. A estrutura continuava igual à da época colonial, ou seja, de um lado a aristocracia rural, comerciantes abastados — nacionais e estrangeiros, altos funcionários públicos; de outro, pequenos comerciantes, negros forros, índios e escravos.

Um observador da época escreve em 1844: "A população de Pernambuco monta a 600.020 pessoas livres, (exclusive o grande número de estrangeiros que aqui habita) (...), o número de escravos é grande; alguns calculam esse número igual a dois terços da população livre, outros elevam mais este cálculo; todavia ainda que Pernambuco careça do recenseamento da escravatura, julgo que o primeiro cálculo é o mais aproximado à exatidão, e que se a escravatura excede, é mui pouco, aos dois terços da população livre. Destes escravos uma grande parte está empregada na lavoura da cana-de-açúcar em 512 engenhos que a Província possui, e em mais de duas centenas de engenhocas de fabricar rapadura, ou açúcar bruto, que tem grande consumo no Sertão. Os demais escravos, uns empregam-se nas outras lavouras, como seja algodão, mandioca, feijão, arroz, café e outros, e em grande número são ainda roubados à agricultura, para apinharem-se nas cidades e vilas onde a falta de servos livres, obriga a empregar escravos; visto que uma boa parte da população, que poderia otimar e convenientemente ser empregada, nega-se por antigos prejuízos, inevitáveis entre um povo, onde infelizmente há necessidade de escravaria, a servir a quem lhe pague, pela repugnância que ainda tem de exercer misteres, nos quais até há bem poucos anos exclusivamente se empregavam escravos. Este mal, filho das circunstâncias do país, tem diminuído muito, depois que felizmente tomou as rédeas do governo desta província o Exmo. Sr. Barão da Boa Vista. Proibindo S. Exa. que nas diferentes obras públicas com que tem embelezado e enriquecido a Capital, e facilitado o trânsito do centro da Província se empreguem escravos, seja sob que pretexto, ou denominação for, e ao mesmo tempo aumentado alguma cousa os jornais dos trabalhadores, via-se em Pernambuco, somente em conseqüência desta sábia medida, concorreram homens livres, e empenharam-se com grande instância, a fim de serem empregados como serventes das obras, serviço até então somente feito por escravos." (9)

(9) José Bernardo Fernandes Gama, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco.* (Recife, Arquivo Público Estadual, 1977), p. 5.

Sobre o sertão, diz o mesmo observador: "Este vasto território, maior do que alguns Reinos da Europa, ainda é mui poueo conhecido. Permaneceu muitos anos, por assim dizer, entregue a si mesmo, governado por capitães-mores irresponsáveis, cuja vontade era lei, (...) contudo o seu comércio consideravelmente tem aumentado pelo estabelecimento das feiras nos lugares povoados." (10)

Sobre a estrutura social reinante na Província de Pernambuco a esta época, fruto da maneira como foi feita nossa ocupação, ou seja, a presença de oligarquias que dominavam a vida político-social-econômica, oriunda da atividade açucareira, alguns estudiosos a questionam, principalmente devido às causas da eclosão da Revolução Praieira.

Alguns, como Amaro Quintas, viu, nesta última, lampejos de rebeldia de uma classe economicamente inexpressiva, além de eclosão de sentimentos nacionalistas, dando a entender a existência de novos tipos de pessoas, urbanas e descompromissadas com o patriarcalismo, germes de uma classe média; outros, como Mário Márcio de Almeida, vêem este tipo de situação ("é inquestionável que a sociedade nordestina nos idos de 40 do século passado era estamental"), (11) constituindo-se a Revolução Praieira nada mais que disputa pelo poder entre os senhores de engenho do Partido Liberal e senhores de engenho do Partido Conservador.

A verdade é que a Revolução Praieira é importante pelo que ela deixa entrever, pelo que ela explicita, ou seja, o tipo de sociedade na década de 40 em Pernambuco: "No caso da Revolução de 48, há que ser considerados as contradições da política imperial, a escravidão, o endividamento dos proprietários agrícolas, o aumento dos custos de produção com o declínio do tráfego negreiro, a multiplicação da mão-de-obra ociosa na cidade e no campo, os homens livres não absorvidos pelo mercado de trabalho, além das velhas pendências contra o antigo colonizador, sem esquecer as influências ideológicas européias: a filosofia das luzes, o liberalismo, o socialismo utópico." (12)

Outro grande analista da época, Antônio Pedro de Figueiredo, em sua revista *O Progresso,* na página 208, explica bem a estrutura social pernambucana àquela época: "A

(10) *Ibid.*, p. 63.

(11) Mário Márcio de Almeida Santos, *Nascimento Feitosa e a Revolução de 1848.* (Recife, Imprensa Universitária, 1977), p. 33.

(12) *Ibid.*, p. 63.

maior parte do território da nossa província está dividida em grandes propriedades, fragmentos das antigas sesmarias, das quais mui poucos hão sido subdivididos. O proprietário ou rendeiro ocupa uma parte delas, e abandona, mediante pequena paga, o direito de permanecer noutra e de cultivá-la, a cem, duzentas e algumas vezes a quatrocentas famílias de pardos ou pretos livres, dos quais ele se torna protetor natural; mas deles também exige obediência absoluta, e sobre eles exerce o mais completo despotismo. Daí resulta que as garantias da lei não são para estes mal-aventurados, que entretanto compõem a maior parte da população da província, mas para estes proprietários, dos quais 3 ou 4, reunidos pelos laços de sangue, da amizade ou da ambição, bastam para aniquilar, numa vasta extensão de terreno, as forças e influência do governo. Assim, estes novos barões feudais, quando suas propriedades se acham muito distantes da capital da província, vivem numa independência quase completa." (13)

Eis aí clara a estrutura social de Pernambuco em meados do século XIX, isto é, a perpetuação, agora mais complexa, daquela organização aqui implantada pelo primeiro donatário da Capitania, Duarte Coelho Pereira.

Através da imprensa da época pode-se sentir e avaliar o quanto exasperava a alguns este estado de coisas. Em fevereiro de 1844 escreve o articulista do jornal *O Guarda Nacional*: "Os costumes! os costumes, creio que a esse respeito posso asseverar que o nosso país está completamente demudado! Aquela educação religiosa e civil, que outrora se dava, aqueles usos, de que lançaram mão em outra época nossos concidadãos estão extintos. Hoje tudo mudou com a política do Ministério! Falar mal da vida alheia, correr a cavalo, jogar a banca, o voltarete (que assim mesmo é o melhor joguinho), a lasca, dançar quadrilhas, namorar, furtar, empregar de contínuo certos termos empolados, ir a Teatros, surdir de valentão etc., etc., eis os costumes de hoje, máxime da gente governista. E de quem vêm todos esses males? do Governo. O Governo foi quem zombou da Religião, perverteu a ordem política e civil do Brasil, desnaturou os costumes. O governo foi quem introduziu a falsidade nos contratos, a falta de fé nos negócios, e transações da vida, o arbítrio, a prepotência, a relaxação, a incúria, enfim o governo é o único criminoso de nossos males!"

---

(13) Amaro Quintas. *O Sentido Social da Revolução Praieira.* (Rio. Civ. Brasileira, 1967), p. 15.

Mesmo levando-se em conta a carga de sentimento de raiva e revolta com que se escrevia, é através delas, ou melhor, através da imprensa da época que se percebe e sente bem a ebulição política e social que estava reinando em Pernambuco em meados do século XIX, ebulição provocada por aquela estrutura social, caracterizada pela concentração do poder político, econômico e mesmo social em poucas mãos.

POSIÇÃO DO GRUPO PORTUGUÊS NA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO EM MEADOS DO SÉCULO XIX

O elemento estrangeiro é dado essencial para se entender a agitação social que reinava em Pernambuco na década de 40.

A própria Revolução Praieira tinha, entre seus vários objetivos, o de nacionalizar o comércio a retalho. Este, grandemente controlado pelos portugueses, acirrava mais os sentimentos antilusitanos que tinham os pernambucanos.

Em 1844 escreve José Bernardo Fernandes Gama em livro dedicado ao Barão da Boa Vista: "O jugo férreo, as tiranias, as injúrias, e em suma a soma de males inauditos, com que por tantos anos os portugueses nos flagelaram, despertando no coração pernambucano justíssima indignação, excitam em verdade o desejo de varrer de nossas idéias até o nome Português. Mas injustiça seria confundir esses portugueses (escória da Nação), cuja maior parte era derramada pelo Brasil em conseqüência de seus vícios, com os ilustres e virtuosos Fidalgos, povoadores de Pernambuco;... foram eles que civilizaram Pernambuco, justo é que não os confundamos com os degenerados, que depois barbaramente nos dominaram." (14)

Este sentimento antilusitano ou esta lusofobia explícita, numa época onde sentimentos nacionalistas estavam emergindo, a grande quantidade destes portugueses e a força econômica que representavam, chegando ao extremo de alijar o próprio brasileiro do processo de produção econômica e na sua própria terra. Este fato, realmente, exasperava aos brasileiros mais conscientes, porém não ao ponto de atinar "para a importância bem maior, em termos de dependência econômica, representado pelos monopólios ingleses, já dominando a nação com a sua força tentacular e avassaladora". (15)

---

(14) José Bernardo Gama, *op. cit.*, p. 1.

(15) Mário Márcio de Almeida Santos, *op. cit.*, p. 36.

O pequeno comércio dominado pelos lusitanos, fato que mereceu grande atenção de Inácio Bento de Loiola e Borges da Fonseca, representava, antes de tudo, uma agressão ao povo como brasileiro, e na nacionalização deste, como já foi referido, se centralizava o programa do partido praieiro.

Este poderio português teve grande impulso a partir do abafamento de movimentos revolucionários contra D. Pedro I e suas atitudes, entre as quais a dissolução de Constituinte. "Iniciava-se uma fase em que os comerciantes portugueses e os absolutistas, ao lado de homens que se interessavam apenas pelo poder, dominariam a província." (16)

É no período de D. Pedro I que esses comerciantes portugueses, e não só os comerciantes, se enraizaram e dominaram a vida econômica e social da Província de Pernambuco.

Os "líderes" da chamada Novembrada, sedição ocorrida no Recife, nos dias 15 a 19 de novembro na Fortaleza de Cinco Pontas, poderiam ter tido algum sucesso se aproveitassem o ódio que o povo tinha contra os portugueses. "A opinião pública, o povo, que deu força ao Governo, poderia ter apoiado os rebeldes se eles tivessem tomado a ofensiva a 16, explorando o ódio então existente aos portugueses e à atitude dúbia do governo." (17)

O ódio existente contra o português estava aguçado em 1848, ano da Revolução Praieira, quando se deu o extravasamento de sentimento acumulado por tantos anos.

É interessante salientar como existem certas vivências históricas do Brasil, que se prolongam através dos anos, mudando-se apenas as personagens, os veículos, as formas. Um bom exemplo disto, principalmente no que se refere ao elemento estrangeiro, está explícito nas palavras do articulista do jornal *O Guarda Nacional* de 2 de novembro de 1848, que se reveste de grande atualidade, observadas as devidas proporções.

O artigo intitula-se "Qual é a sorte do Cidadão Brasileiro?", e nele está concentrada toda a visão que o "iniciante povo brasileiro" tinha do elemento português: "Desde que o Brasil fez a sua independência trabalha-se por vê-la reali-

---

(16) Manuel Correia de Andrade, *Movimentos Nativistas em Pernambuco — Setembrada e Novembrada.* (Recife, Imprensa Universitária, 1971), p. 44.

(17) *Ibid.*, p. 123.

zada no fato, mas baldados têm sido todos os esforços dos homens que de boa fé nisso se tem empregado. A agricultura, esse ramo tão poderoso de nossa riqueza, esteve, e tem estado ainda absolutamente sujeita à influência estrangeira, e o comércio, ninguém o pode negar, é quase exclusivo do estrangeiro, e qual será o motivo dessa calamidade, pois outro nome não pode ter um exclusivismo em favor dos que não são filhos do país? O motivo, é claro, são os favores concedidos aos de fora, e a nenhuma proteção dada aos de casa! O estrangeiro, que aqui chega, tem poucos encargos a satisfazer, e muitos direitos a gozar. Vende a grosso e a retalho, trafica, e com a imunidade de estrangeiro, pouca, ou nenhuma responsabilidade lhe cabe; introduz o contrabando, o dinheiro falso, e vai vivendo vida de *lord;* mas o Brasileiro? coitado, a este tudo lhe custa. Quer ser caixeiro, não é admitido, porque os estrangeiros o excluem, quer ser artista, vive na miséria, porque compra as matérias-primas mais caras do que seus competidores, não pode vender tão barato, como eles; suas manufaturas são pouco procuradas, e o resultado é a pobreza, e a miséria. Além disto é jurado, é guarda nacional, o que tudo lhe rouba, o tempo, e não dá lucro, de sorte que pode-se dizer que em geral os Brasileiros só podem ser ou padres, ou soldados, salvo um ou outro que tem meios para entrar nas Academias, ou ser a muito custo empregado público (...) Não pode continuar este estado de cousas; o nacionalismo não pode ficar abafado, os filhos do país viverem na miséria, enquanto aqueles, que nele não viram a luz, riem e zombam de nossa incúria. O que quero é que a sorte do Brasileiro não esteja sob a influência e capricho do estrangeiro, que os de fora não tenham mais garantias do que nós, e nem tantas, que se proteja nossa indústria, estabelecendo-se favores para ela, e não para os estrangeiros; que o comércio a retalho seja nosso e só nosso, podendo os estrangeiros vender a grosso quanto quiserem; que se favoreça a admissão dos nossos patrícios, como caixeiros, às casas de comércio, concedendo-se-lhes certas prerrogativas (...), quero finalmente que nós os Brasileiros não estejamos reduzidos ao mísero estado a que nos lançaram nossos maiores, pela educação má, que nos davam, pelo sistema de governo, que nos regia, e pelos costumes, quase bárbaros, que nos dominavam."

A esta época estava realmente no auge a agitação contra elementos estrangeiros, tanto portugueses, como ingleses, franceses e até judeus.

Nas correspondências dos chefes de Polícia Civil ao Presidente da Província, e nas fichas internas da Polícia Militar encontram-se fatos bastante sintomáticos.

No dia 9 de julho de 1848 está registrada a prisão, por ordem do subdelegado do Recife, do inglês João Vilh, sem dizer porém o motivo. Em 17 de julho de 1848, na ficha interna do Quartel do Comando Geral do Corpo de Polícia, está registrada a prisão, por ordem do subdelegado de Santo Antônio, do português Antônio Francisco dos Santos. Não diz também o motivo. Em 19 de agosto de 1848 foi preso pelo subdelegado de São José, entre muitos, Cosme Raiz da Costa, que pelo sobrenome Raiz era judeu ou descendente deste; também não diz o motivo. Em 21 de agosto foi preso o português Manuel Joaquim de S., não dizendo igualmente o motivo.

Em 21 de janeiro de 1848, o Chefe da Polícia envia ao Presidente da Província, Chichorro da Gama, uma carta cuja cópia foi enviada ao Ministério da Justiça, onde ele relata as graves ocorrências que vinham acontecendo: "As ocorrências, que tiveram lugar na rua da Praia por ocasião do baile, que deram os Portugueses, na noite do dia 4, não passaram d'algumas pedradas lançadas ao edifício, em que eles se achavam, e de algumas bengaladas em quatro de alguns destes, quando para suas casas se retiraram. A Polícia imediatamente se dirigiu ao lugar, e cessou então este escândalo; mas, em uma reunião numerosa de povo, não foi possível descobrir os autores do crime por mais diligências que se empregaram. Todos denunciavam os fatos criminosos, porém um só não declarou os que por eles direta ou indiretamente tinham concorrido. Estas ocorrências, posto que desagradáveis, produziram em mim a convicção de que elas eram uma explosão voluntária e instantânea do povo, que ali se havia reunido; mas, depois que tiveram lugar as da noite do dia 8 no Bairro do Recife, e que comuniquei em 11 do mesmo mês a V. Exa., reconheci então, que tanto esta como aquela eram devidas às frenéticas provocações de desordeiros, que de propósito se haviam reunido a fim de alterarem a ordem pública. Se tanto numa como noutra ocasião não o conseguiram, foi devido aos meios que empregaram os agentes da autoridade, dispersando o povo, e prendendo alguns daqueles sobre os quais recaiam suspeitas de as haverem promovido. Ordenei, que as autoridades Policiais procedessem as mais minunciosas averiguações sobre as mencionadas ocorrências; porém elas não produziram senão suspeitas, que recairam sobre trânsfugas da política dominante e alguns membros da oposição

que, querendo conseguir alguma mudança na ordem atual de cousas, julgaram que por distúrbios alcançariam, o que pelos meios ordinários não obteriam. Em conseqüência disso recrutei para o exército e marinha aqueles que supondo desordeiros e não tendo em seu favor nenhuma das isenções compreendidas nas instruções e ordens do governo para o recrutamento, podiam servir ao País: por esse meio consegui, que a Capital ficasse desassombrada, e estabeleci a confiança, chegando essa a ponto tal, que parecia, que nada havia acontecido: o comércio continuou em suas operações, e os estrangeiros reconheceram que estavam plenamente garantidos. De todas as ocorrências, a única que produziu para com o paciente conseqüências mais graves foi a que teve lugar com o francês João Burle, e que o deixou bastantemente maltratado, como comuniquei a V. Exa., as mais não passaram d'alguns espancamentos, pedradas. Outrossim cumpre dizer a V. Exa. que do dia 9 em diante nada mais ocorreu; reinando a mais perfeita tranqüilidade em toda a capital. Não receio, que se reproduzam cenas de igual natureza, ou seja por qualquer forma alterada a ordem pública."

Este incidente com o francês referido nesta carta quase resultou num conflito diplomático entre Brasil e França.

No dia 14 de janeiro de 1848, este mesmo chefe de Polícia envia nota ao Presidente da Província, dizendo que foi agredido — espancado — por alguém desconhecido, um "malandro", segundo suas palavras, um cidadão francês chamado João Burle na noite do dia 5 de janeiro.

Este cidadão foi ao Consulado francês apresentar denúncia. O gerente do Consulado enviou uma nota ao Presidente da Província relatando o fato e bastante exaltado, chegando a chamar atenção sobre o tratado de amizade que existia entre as duas Nações. O pior é que acusa o governo da Província de negligente, pois afirma que na noite da agressão alguns policiais presenciaram o fato, nada fazendo.

Esta acusação o chefe da Polícia nega veementemente em seu relatório ao Presidente da Província. O mais interessante é que o gerente do Consulado francês diz que seu conterrâneo não estava se intrometendo nas discussões de nosso país, afirmação confirmada pelo primeiro, o qual de maneira irônica lembra que todos sabem que os estrangeiros aqui só estão preocupados com suas transações comerciais.

O gerente do Consulado francês, ao fazer sua denúncia ao Presidente da Província, usou de linguagem ameaçadora — "ouso dizer, que o governo da França, não permitirá que

sem provocação assassinem impunemente os súditos de sua Nação" que irritou profundamente o chefe de Polícia, denotando seu sentimento nativista e antiestrangeiro ao responder sobre o fato: "Esta ameaça parecia dever ser repelida, e repelida d'uma maneira muito formal; mas como tenho convicção profunda de que o gerente do Consulado Francês escreveu semelhantes palavras sem intenção de nos ameaçar, por isso não direito que merecia dizer-se, se porventura houvesse de sua parte formal deliberação de assim nos tratar."

Realmente estas palavras mostram bem como o sentimento nacionalista estava no auge, encontrando antes de tudo no elemento português o centro de sua atenção e repúdio, principalmente porque eram os "culpados primeiros" pelos males que assolavam a Província, e cujo poder vinha sendo combatido mesmo antes da Independência do Brasil.

III — FECHA-FECHA E MATA-MATA

Dentro dos mecanismos de conquista e colonização, há momentos em que o colonizado transfere para o colonizador a razão de todos os seus males.

Com a vinda do Príncipe Regente, a aversão ao português vai ser exacerbada em processo contínuo, demonstrada por inúmeros conflitos envolvendo brasileiros e portugueses.

Mesmo depois da Independência, este ódio ao estrangeiro permanecia vivo, pois é sabido que o português continuava a monopolizar o comércio, menosprezando os nativos e provocando assim insatisfações e contendas.

O pequeno comércio dominado pelos lusos representava, antes de tudo, uma agressão ao povo, como brasileiro ferido em seu sentimento de nacionalidade. Pernambuco foi talvez a região do Brasil onde a lusofobia estava mais presente ou pelo menos foi a Província que mais contestou a presença portuguesa.

Este fato pode ser comprovado quando se estudam os movimentos populares que antecederam à Revolução Praieira, denominados *mata-mata* e *fecha-fecha*.

A expressão fecha-fecha, Pereira da Costa define como "fechamento de portas precipitadamente, confusão, sarceiro, desordem". (18) Foram manifestações populares vividas pelo

(18) *Os fecha-fecha de* 1844 *e* 1845. — Amaro Quintas, In: *Revista do Arquivo Público Estadual.*

"povo" pernambucano que antecederam à Revolução Praieira de 1848, manifestações estas ocorridas mais intensamente em 1844 e 1845.

Segundo Amaro Quintas, os fecha-fecha "mostram de preferência um caráter político, junto das divergências políticas reinantes (...)". "São bem as características de uma época pré-revolucionária e prenúncios evidentes de mais ampla e profunda agitação social". (19)

A assertiva desta afirmação poderá ser observada nos periódicos da época. O *Diário de Pernambuco* de 9/9/1844, analisando os acontecimentos em Afogados, advindos do resultado das eleições para juízes de paz e vereadores, onde as agitações se apresentaram com mais intensidade, diz: "sobre a tarde houveram insultos e pancadas; e a noite pelas ruas repetiram-se estes insultos e espancaram-se diversas pessoas (...) Essa gente entrando nesta cidade pelas 7 horas, dizem que se dividia em dois grupos, um que seguiu pela a Boa Vista, e outro que com os Srs. Chefe de Polícia e Nunes Machado à frente, dirigia-se ao Palácio da Presidência, onde deram vivas. O que é certo que esta cidade esteve todo o dia em sustos que muitas pessoas se refugiaram a bordo de navios e tal era o receio da população, que a entrada desses grupos produziu carreiras e fecha-fecha principalmente no bairro de Santo Antônio."

No número 13. de 17/09/1844, o *Guararapes*, em seu artigo intitulado "Ainda há muito quem repila o domínio do cacete", assim se manifesta: "Se foi doloroso para o homem que pensa no futuro de sua pátria ver o *fecha-fecha*, que houve na noite de 8 do corrente, o susto, por que passaram as famílias nesta cidade, em conseqüência da *gloriosa* entrada, que nela fizeram dos Afogados os srs. Chefe de Polícia, e Juiz de Direito do crime à frente de um batalhão de cacetistas, que afinal se dividiu em dois bandos, indo um dar vivas no pátio da Santa Cruz na Boa Vista, e outro no campo de Palácio com os dois chefes acima referidos, uma esperança ainda raiou para os amigos da ordem e tranqüilidade pública, vendo a energia e a prontidão com que o corpo de Polícia cuidou da segurança pública naquela noite de susto, e terror, vendo c/ algumas autoridades Policiais se não esqueceram de dissolver os grupos de cacetistas, para pôr a cidade em tranqüilidade. Se o Sr. Chefe de Polícia depois de sua *gloriosa* entrada no *campo dos canecas* só se lembrou de pedir

(19) *Ibid.*, p. 336.

guardas para as urnas, uma das quais foi aliás guardada pelo Sr. Nunes Machado em pessoa, se o Sr. Subdelegado de São José chegou a exigir que se dispensasse o oficial que foi encarregado de policiar a sua freguesia naquela noite, a tranqüilidade e a segurança pública não foram causas desprezíveis para S. Exa., nem p/ o sr. Comandante Geral do Corpo de Polícia e seus dignos oficiais, não foi esse dever sagrado esquecido, pelo Sr. Juiz Municipal Riqueira Costa, nem pelos Subdelegados das três freguesias da Boa Vista, S. Antônio, e Recife..."

Em outro artigo do mesmo jornal (17/09/1844) lê-se: "Os Praieiros fizeram sua rusga no Afogado, puseram a cidade em alarme, muitas famílias se embarcaram, os cidadãos pacíficos foram insultados, os Portugueses viram a sua hora chegada e o *D. Novo* tem a imprudência de dizer que nós é que excitamos a desordem p/manifestação da glória do Barão da Boa Vista! Eles mesmos se empenham por fazer reluzir essa glória, e para despertar a recordação dos oito anos de paz em que Pernambuco floreceu, e ao depois nos lúcidos intervalos queixam-se de nós, que sobre sermos vítimas e pacientes, devemos ainda pagar os custos."

O outro *fecha-fecha* ocorreu no dia 25 de setembro de 1845, provocado pelo falso boato da morte do político praieiro Francisco Carneiro Machado Rios, elemento que, com seu irmão Antônio, no período regencial havia provocado o motim denominado "As Carneiradas".

O jornal *O Regenerador Brasileiro*, de 25 de setembro, em artigo denominado "Falso Boato de Morte do Sr. Carneiro", assim se refere ao fato: "Tínhamos findado a redação do artigo precedente, quando aparece a notícia de haverem assassinado nosso amigo, o honrado e virtuoso Sr. Francisco Carneiro Machado Rios: perdemos inteiramente a razão e tornamo-nos matéria puramente combustível, e inflamável: nós sabíamos que ele não militava nas bandeiras ximangas, cuja seita é de enganar ao povo, e ir trepando sobre as ruínas dos seus semelhantes. Tão bárbara nova foi logo desmentida, mas como não seria fatal, a ter-se verificado! Quem conteria o povo no seu primeiro impulso! E que conseqüências não traria consigo uma semelhante erupção!... o justo com o injusto, o culpado com o inocente, tudo se confundiria no desenvolvimento do rancor popular! Foi pois uma fortuna para a província toda a verificação da falsidade do boato; mas ainda assim nós muito receamos pela paz de Pernambuco..."

O *Diário de Pernambuco* de 26/9/1845 noticia o fato, assim analisando: "O boato de que fora assassinado o Sr. Francisco Carneiro no seu sítio do Janga; os sinos de S. Francisco para logo davam o sinal da morte; o Sr. Antônio Carneiro apareceu no seu quartel, mandou tocar o rebate, formou-se o corpo de polícia; para esse ponto e para o aterro dos afogados afluiu a gentalha em massa, grupos numerosos coalharam as ruas circunvizinhas, os cidadãos pacíficos foram insultados e ameaçados de morte; a voz exterminadora do novíssimo pregador da capela imperial (refere-se a Frei João Capistrano, cognominado Frei Cometa, por causa do jornal, que, com esse nome, fazia a sua campanha de cunho avançado) ressoou no meio dessa multidão agitada, incitando e animando a vingança do assassinato (...) a cidade em alarma! As famílias em susto! O terror derramando em todos os ânimos a incerteza do paradeiro desse desenfreamento popular."

O *Echo da Verdade*, jornal de linha contrária ao governo provincial da época, Chichorro da Gama, em artigo inflamado, publicado em seu número 7, de 26/11/1845, assim se expressa: "Para que esses ensaios de arrebate nos sinos, e a polícia ia em armas?! Para que essas novas de morte publicadas de adrede; a polícia reunida, e a luta; e os Oficiais convocados, e alerta?! Para que os *maiores da praia* reunidos em *chusmas* com o Exmo. Presidente da Província instam por medidas fortes, medidas de vingança?! Para que uma parte dos *sinco* mil correm para os campos de Palácio pedindo as vítimas, que tem de ser imoladas a sua vontade, e o Governo sem dignidade tudo sofre?! Para que o restante dos cinco mil apinham o quartel de polícia e estão confundidos com os soldados e de quando em quando só se ouve os gritos de morte, morte!! e as autoridades com prazer contemplam esta obra d'anarquia?! Para que tanta cousa, falemos logo claro; querem revolução?! corram às armas, e matem todos os ordeiros. Querem saquear?! mãos à obra; e se isto não é assim; responda o Sr. Chichorro ouviu..."

O *Diário Novo*, de orientação liberal e órgão de defesa praieira, em seu número 214, de 27 de setembro, nega o exagero com que foi noticiado o fato pelos jornais de linha contrária: "A notícia do homicídio do Sr. Carneiro, que excitou a indignação contra os bárbaros, que tem posto a preço a vida de seus inimigos, desapareceu logo que chegou ao conhecimento de todos, que era falsa uma tal notícia. A população horrorizada, desejava saber da verdade ou falsidade do mons-

truoso fato, retirou-se em plena tranqüilidade, apenas soube de sua inexatidão!!"

Apesar da defesa do órgão situacionista, os jornais voltam a atacar. Desta vez aparece o número 6, de 2/10/1845, do *Echo da Verdade* com o artigo "A nossa liberdade, honra e vida estão em perigo": "Não nos pode ser indiferente, e nem devemos permanecer em silêncio, quando os fatos os mais assustadores nos ameaçam, e nos mostram bem claramente que temos... esse dia do ajuste de conta da *praia*, dia em que veremos aparecer as vésperas sicilianas entre os punhais de pasmado, e os pitiás da *miroeira*!! esse dia não está muito longe, ele há muito que nos é prometido... por essa *cafila* anárquica, e já nós sentimos bem de perto as suas *negras* cores!! Sim, o dia 25 de setembro de 1845 (dia de eterna recordação) mostrou-nos a face ameaçadora do dia dos *desenganos*. Nós vimos com espanto, que a falsa notícia da morte do Sr. Francisco Carneiro Machado Rios, chamou a atenção dos incautos, e daqueles desvairados que a muito suspiram por uma ocasião oportuna, em que possam exercer suas vinganças particulares, e aproveitarem-se de tão belos momentos para saquear a todos, principalmente aos *Portugueses que nada possuem*, pois tudo é deles!!!..."

A expressão "mata-mata", conceituada por Pereira da Costa, como "morticínio praticado pelo povo ou tropa em motim", esteve presente nas agitações que antecederam à Revolução Praieira, representando a mesma a animosidade do brasileiro contra o elemento português.

O epíteto pejorativo de *Marinheiro*, dado ao luso radicado no Brasil, já era conhecido na época da revolução de 1817, uma vez que o *slogan* "mata-mata marinheiro" foi o grito de guerra dos revolucionários. Este tipo de agressão permaneceu vivo em todo o período de instabilidade social

Os jornais da época comprovam esta afirmativa. *O Verdadeiro Regenerador* de 14/02/1845 faz o seguinte comentário: "Hoje de preferência nos ocupamos da situação atual, e da animosidade dos lusitanos, que desvairadamente marcham, e sem se lembrarem do passado e esquecidos de terem nascido além do atlântico. Esses miseráveis, excitados não sabemos porque, já se levam a fazer-nos insultos graves. A poucos dias estavam na Rua da Cadeia do Recife uns galeguitos, por mofar-nos, a dar tiros uns para outros —; e porque a graçola reunisse uns africanos, que como eles para cá vieram na tábua, dirigiram-se aos tais pretos, e perguntaram — estão gostando de ver *matar marinheiros?* Assim no poço

da Panela um outro labrego ousou proferir a blasfêmia de desejar ver enforcar a todos os brasileiros... Nós protestamos formalmente que somos inimigos de violência, mas oprimidos os brasileiros pela facção lusitana de que recursos se devem prevalecer para libertar-se? Nós estamos exaustos e morrendo a fome e os portugueses nos encarnecendo, e não sendo isto bastante, somos nós ladrões."

Depois de outras denúncias continua: "Eles possuem muitas propriedades; muitas têm comprado com papel falso; muitas têm tomadas em conseqüência desses juros acumulados, e autorizados por essa lei que os fez de convenção, e cujo capital foi esse papel, que no Porto compraram dando 5 contos por cem e que aqui introduziram, agora deduzi a moralidade dessas transações para determinardes a legitimidade com que possuem."

A situação inflamada da província pernambucana, onde os partidos políticos se digladiavam, e a facção praieira com Chichorro no poder instigavam a população contra os portugueses, prometia a expulsão de todos os estrangeiros e o direito de ocupação das casas comerciais dos lusos, culpando estes de envolvimento na política local.

Este estado de tensão na política de Pernambuco propiciou o motim de 26 e 27 de junho de 1848, quando foi agredido um estudante do Liceu por um português ligado ao comércio a retalho.

Os periódicos do tempo são fontes fidedignas dessa instabilidade, e o *Diário de Pernambuco* n.º 142, de 28 de junho de 1848, reporta-se ao fato: "A 26 do corrente pelas 10 horas da manhã, no entanto que certo estudante do Liceu altercava com um dos Portugueses que têm armazém de carne seca na rua da Praia desta cidade, que fica adjacente ao mesmo Liceu, aconteceu que, em socorro do referido estudante, apareceram diversos companheiros seus, entre os quais via-se o cadete José da Costa Cordeiro, que, depois de haver descarregado uma bengalada sobre o Português, recebeu deste, na cabeça, uma pancada, dada com um peso, que caiu por terra, e ficou sem sentidos durante alguns minutos."

Os órgãos noticiosos ao comentar o acontecimento se dividem, tomando partido. O *Confluente do Capibaribe*, periódico contrário à política praieira, ataca o *Diário Novo* e outros de mesma orientação: "Quando digo, a dissolução e a imoralidade necessárias conseqüências das doutrinas subversivas, propagadas pelo *Diário Novo* e seus satélites, a *Voz do Brasil*, a *Barca de S. Pedro*, que é antes *Barca de Pescaria*,

todos três filhos da mesma prostituída não nos representam aos olhos cenas medonhas e tristes tais como as de 26 e 27 de junho p.p. e nos ameaçam levar de rojo a precipitar-nos no profundo abismo, da desgraça, não devia um Pernambucano que verte lágrimas de dor ao triste som dos pungentes gemidos de sua cara pátria permanecer por mais tempo de braços cruzados ante o amargurado peito, o mundo espectador de tantas calamidades, sem romper o silêncio, a que se havia condenado, alçar a sua voz a bem da pátria, em prol dos seus cidadãos."

Ao terminar nosso trabalho podemos concluir, portanto, que os acontecimentos ocorridos em Pernambuco, denominados *Fecha-Fecha* e *Mata-Mata,* foram explosões populares. Essas ocorrências se verificaram não somente no período que antecedeu à Revolução Praieira, mas são encontrados em outras ocasiões de insatisfação sócio-econômica e política por que passou o Brasil, especialmente Pernambuco, em todo o século XIX.

FONTES PRIMÁRIAS

Manuscritos

— P. C. vol. 17 — ano 1848 — A.P.E.
— P. M. vol. 17 — ano 1848 — A.P.E.
— P. M. vol. 18 — ano 1848 — A.P.E.

Jornais

— *Diário de Pernambuco* — A.P.E.
— *O Verdadeiro Regenerador* — A.P.E.
— *O Guarda Nacional* — A.P.E.
— *O Guararapes* — A.P.E.
— *O Regenerador Brasileiro* — A.P.E.
— *Echo da Verdade* — A.P.E.
— *Diário Novo* — A.P.E.
— *Confluente do Capibaribe* — A.P.E.
— *Voz do Brasil* — A.P.E.
— *A Barca de São Pedro* — A.P.E.
— *Lidador* — A.P.E.
— *O Liberal Afogadense* — A.P.E.

BIBLIOGRAFIA

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas.* São Paulo, Editora Melhoramentos — MEC, 1976.

ANDRADE, Manoel Correia de. *Movimentos Nativistas em Pernambuco — Setembrada e Novembrada.* Recife — U.F.Pe. — 1971.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil.* 2.ª edição integral segundo o Apógrafo de Leiden, aumentada por José Antônio Gonçalves de Mello. Recife — Imprensa Universitária, 1966.

BUESCU, Mircea. *Evolução Econômica do Brasil.* Rio de Janeiro, APEC — Editora S. A., 1977.

EISENBERG, Pater L. *Modernização sem Mudança — A indústria Açucareira em Pernambuco* — 1840-1910. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FREYRE, Gilberto. *Vida Social no Brasil nos meados do século XIX.* Recife, Artenova — I.J.N.P.S. — 2.ª edição.

GAMA, José Bernardo Fernandes. *Memórias Históricas da Província de Pernambuco.* Recife, Arquivo Público Estadual, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil Monárquico — História da Civilização Brasileira.* Tomo II, vol. II. São Paulo. Difusão Européia do Livro.

MELLO, José Antônio Gonçalves de & Cleonir Xavier de Albuquerque. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei.* Recife, Imprensa Universitária, 1967.

QUINTAS, Amaro. *O Sentido Social da Revolução Praieira.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

————. Os Fecha-Fecha de 1844 e 1845, In: *Revista do Arquivo Público Estadual.*

————. O Movimento de 48, In: *Revista do Arquivo Público Estadual.* Ano XIII — Dezembro 1976 — número 32.

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Nascimento Feitosa e a Revolução de* 1848. Recife — U.F.Pe., 1977.